

Da língua ao discurso nos limites da sintaxe: as tênues fronteiras entre discursos citados e citantes / *From language to discourse: the faint borders among reported speeches*

Ana Zandwais*

RESUMO

Este estudo propõe uma discussão em torno das especificidades que caracterizam a língua e o discurso, a partir de concepções propostas por Bakhtin/Volochínov. Por meio de uma análise do tratamento dos discursos direto e indireto em uma gramática não-formal (*A University Grammar of English*; QUIRK, R., GREENBAUM, S., London, 1973), buscamos investigar como as fronteiras entre estes discursos são descritas. Os resultados obtidos conduzem a uma retomada dos conceitos propostos em *Marxismo e filosofia da linguagem* (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV), ratificando a importância dos mesmos.

PALAVRAS-CHAVE: Língua; Discurso; Fronteira; Discurso reportado

ABSTRACT

This study aims to discuss on specificities that characterize language and discourse according to conceptions proposed by Bakhtin/Volochínov . Through an analysis of the treatment of direct and indirect speech in a non formal grammar (A University Grammar of English; QUIRK, R., GREENBAUM, S., London, 1973) we try to investigate how the borders among these discourses are described. The results of this research lead us to return to concepts placed in Marxism and the philosophy of language (BAKHTIN/VOLOŠINOV) for ratifying their important roles.

KEY-WORDS: Language; Discourse; Border; Reported speech

*Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil; zand@ufrgs.br ; zand@adufrgs.ufrgs.br

Introdução

O presente estudo consiste em uma reflexão acerca de relações possíveis entre os objetos linguístico e discursivo, a partir de investigações feitas na obra *Marxismo e filosofia da linguagem*. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 1986). Com base em questões apontadas por Bakhtin/Volochínov, buscamos caracterizar o fato de que o componente sintático da língua torna-se insuficiente para demarcar as fronteiras entre discursos direto e indireto, sendo necessário, portanto, repensar as relações entre língua e discurso, a fim de que possamos compreender que para tratar das formas por meio das quais as enunciações se imbricam, configurando a função responsiva que constitui todo dizer, é preciso, de modo inequívoco, ultrapassar os limites/fronteiras que separam os aspectos formais e semióticos.

1 A língua: corpo material

Se as questões de sintaxe são vitais para a compreensão do funcionamento da língua, na medida em que todo dizer está ancorado em uma base linguística concreta, estas não se constituem, entretanto, no “eixo nodal” capaz de explicar como a enunciação trabalha, enquanto ato de fala concreto.

A língua, enquanto objeto real e não puro objeto do conhecimento, em suas reais condições de uso, tomada fora da abstração, não permanece a mesma, quer no tempo ou no espaço. Está, ao contrário, permeada, de modo incessante, por processos de transformação que funcionam como efeitos de relações sociais e históricas. A realidade da língua, desde esta ótica, escapa: a) aos mecanismos predominantemente prescritivos da gramática; b) às relações de continuidade e linearidade histórica com que a filologia a descreve; c) às descrições do linguista em torno de suas oposições entre eixos sintagmáticos e paradigmáticos.

Tratar do real da língua como práxis, como materialidade engendrada ao mesmo tempo pelo social e pelo histórico, e que carrega em sua estrutura valores, contradições, processos semânticos de deriva e de refração de sentidos articulados às contradições vividas entre as formas de organização infra e superestruturais, implica poder

caracterizá-la não como uma instituição conservadora, nem como um produto histórico regido por princípios da tradição, à moda de Saussure, mas como um espaço permeado por contradições e desigualdades permanentes, que reflete e refrata as condições de emergência de diferentes formas de subjetividade que convivem, sob tensão, nas sociedades historicamente constituídas pela estratificação social, em virtude de suas formas de divisão socioeconômica.

Eis porque, para Bakhtin/Volochínov (1986), a base linguística, em sua concretude, é ao mesmo tempo constituída e constitutiva, já que ao servir de corpo material para refletir e refratar as formas através das quais os sentidos traduzem o vivido pelo corpo social, ela também “cria lugares” que atestam as relações de pertencimento, os processos identitários dos sujeitos em relação a uma determinada conjuntura, a uma dada forma de organização social. Assim, na qualidade de um corpo material, a língua traduz o corpo social, à semelhança de um inventário em que o sujeito vale não somente pela língua que fala, mas também pela identidade de seu capital simbólico que atesta suas filiações sociopolíticas.

Com base nesta ótica, em que o sujeito não é nem individual, nem universal, podendo ser situado a partir de uma história concreta, de homens concretos, conforme a leitura materialista de Bakhtin/Volochínov, é que ele pode se colocar como sujeito da história, assumindo posições no interior das relações de conflito e de contradição entre a infraestrutura e as superestruturas.

Aquilo que o sujeito significa ao dizer, portanto, não é mero efeito de escolhas individuais, mas parte de um conjunto de filiações que se materializam no discurso, tomado no tempo e no espaço, e no qual se formulam enunciados que articulam o dizer de um no dizer de outrem. Ou seja, no ponto onde as estruturas sociopolíticas (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 1986, p.43) e as estruturas linguísticas se intersectam é que a língua pode ser entendida como materialidade ideológica, dotando os signos de valores simbólicos que são plurais sob uma perspectiva discursiva.

É também pelo viés do valor que o signo adquire sua realidade material, que não pode ser separada da ideologia, nem dissociada das práticas sociais e discursivas que remetem às diferentes etapas de desenvolvimento das estruturas sociopolíticas.

Por outro lado, conforme Bakhtin/Volochínov (1986, p.139), é preciso que a sintaxe mantenha relações de interdependência com as condições histórico-sociais¹ que permeiam o modo de produção das diferentes práticas discursivas, sobretudo aquelas produzidas na infraestrutura: os diálogos do cotidiano nas ruas, nas praças, nos teatros, na escola, as conversas entre trabalhadores, as opiniões do povo sobre a sociedade, sobre as políticas superestruturais, sobre o sindicato, o lazer, etc. A ideologia do cotidiano, conforme Bakhtin/Volochínov (1986, p.118) constitui, ao mesmo tempo, “o domínio da palavra interior e exterior desordenada e não fixada num sistema.” Ela corresponde ao *volksgeist* (espírito do povo) que dá o “tom” às formas de orientação do dizer, ao modo como a palavra vai à palavra.

2 Nos limites da estrutura: o trabalho dos sentidos

As diferentes modalidades de enunciação que caracterizam as formas por meio das quais são produzidas “reações da palavra de um à palavra” de outro (1986, p.145) não podem ser explicadas, desde esta ótica, somente por um repertório “tipológico de gêneros estritamente linguísticos”, uma vez que a matéria da língua, enquanto um corpo físico, não se constitui em condição suficiente para simbolizar as formas através das quais a função responsiva trabalha realizando apropriações, deslocamentos, rearranjos e interpretações do dizer de outrem no dizer de cada um.

Assim, também os sentidos que entram em jogo quando a palavra de um co-existe com a palavra de outro estão comprometidos com os lugares que os sujeitos ocupam nas relações sociopolíticas e são tais comprometimentos que determinam, em última instância, os valores simbólicos ou ideológicos que as palavras adquirem.

É a partir, portanto, das formas de organização social dos indivíduos e de seus modos de interação que os índices de valor são conferidos às palavras. E, por estes meios, tomando a palavra como base material do discurso, é que podemos entender o funcionamento dos sentidos na linguagem. Assim, de um lado, temos o trabalho das materialidades que atestam as condições de produção da existência dos sujeitos; de outro, temos o trabalho da materialidade linguística, simbólica, que, sob uma ótica

¹ Fazemos referência a análises das condições de existência concretas dos sujeitos, na proporção em que elas permitem caracterizar seus modos de produção econômica, política, social, cultural, religiosa, etc.

dialética, não sendo transparente, adquire, em condições de uso específicas, “contornos” múltiplos que vêm a caracterizar, em última instância, se analisada, o funcionamento real da enunciação².

Desde essa ótica, é possível afirmar que não há relação recíproca entre conteúdo e expressão, já que a expressão mobiliza, de forma permanente, o conteúdo, e o conteúdo varia de acordo com os interesses que estão em jogo nas formas de organização infra e superestruturais.

Tais questões tornam-se fundamentais a fim de que possamos entender a complexidade do trabalho da significação na linguagem. Se a ideia é tão sensorial quanto a matéria, para Bakhtin/Volochinov (1986, p.33), do ponto de vista do sentido é mister compreender o modo como as ideias simbolizam, remetendo, ao mesmo tempo, a valores éticos e estéticos.

Eis porque não é possível reivindicar regras “objetivas” que atestem as condições de formulação dos enunciados ou ainda a condição de transparência da linguagem, senão como ficção.

Estes aspectos, segundo nosso ponto de vista, é que dividem os estudos positivistas e não positivistas em torno da linguagem, já que enquanto as abordagens materialistas não conseguem compartimentar o funcionamento dos signos de um ou outro campo de criatividade ideológica, entre linguagem verbal e não-verbal, as abordagens positivistas opõem as significações tomadas como puramente cognitivas aos índices de valor que os signos adquirem, ignorando seu modo de inscrição na história e na memória das classes.

É a partir de uma ótica materialista, portanto, que podemos caracterizar a presença constitutiva da contradição entre a) as forças organizadoras da expressão verbal e b) as regras da língua, já que, conforme Bakhtin/Volochinov (1986, p.13), a palavra precisa estar associada, ao mesmo tempo, aos movimentos dialéticos de “poder assemelhar-se a uma espécie de ponte, sobre a qual todos se apóiam, mas que não pertence, ao mesmo tempo, a nenhum locutor” e de poder de estar determinada pelo fato de que procede do outro, mas também dirige-se ao outro. Essa seria uma das razões fundamentais pela qual, segundo Bakhtin/Volochinov (1986, p.47) “a verdade viva”

² Desde o momento da escrita de *Marxismo e filosofia da linguagem*, 1929, é preciso pensar que não há condição de dizer que a enunciação não seja permeada pela hibridez das palavras de todos e de cada um.

está sempre permeada pela contradição entre a reprodução e a transformação, entre a “estabilidade do ontem e a instabilidade do amanhã”.

Segundo nossa ótica, é fundamentalmente a metáfora sobre o funcionamento da palavra como ponte, como um alicerce tanto vinculado a sua procedência como a seu destino que nos permite apreender o modo como as forças organizadoras da expressão verbal trabalham, determinando o tom, o acento plurivocal que os signos adquirem em seu funcionamento concreto, no limiar de sua materialidade propriamente linguística.

Os limites da sintaxe, no âmbito discursivo, portanto, mostram-se exatamente no ponto onde a língua – corpo material – produz sentidos, intrincada no corpo social e no ordenamento histórico em que é mobilizada. E, para tanto, a enunciação comparece “transvestindo” a matéria linguística, encobrindo-a com “múltiplas roupagens.” É, pois, pelo viés de uma relação de interdependência entre o psiquismo interior e a realidade externa, mediados por sua inscrição em uma ordem simbólica – da linguagem – cujo material semiótico lhe confere uma condição orgânica de signo, que se pode pensar os espaços atribuídos, por Bakhtin/Volochínov (1986, p.49), à condição de significar, ao funcionamento semiótico-discursivo da palavra.

Uma condição, entretanto, é inevitável para caracterizar o espaço do signo de modo dialético. Ele está simultaneamente articulado por laços simbólicos que são estruturais e socio-históricos. Suas fronteiras não se delimitam simplesmente entre o corpo estrutural e o corpo social, mas nas próprias relações possíveis entre as forças exotópicas que “dirigem a palavra” como ordens simbólicas e as implicações que atestam a intervenção da realidade vivida na materialidade simbólica do signo.

Assim, se os signos somente se convertem em objetos ideológicos pelo viés da qualidade da práxis das comunidades que o historicizam, inscrevendo seus valores na sociedade e na história, suas fronteiras se pautam pelos modos através dos quais seu funcionamento e seus sentidos são legitimados, cristalizados ou regulamentados nos ordenamentos super e infraestruturais que atestam as formas concretas de produção das sociedades.

O funcionamento real do discurso, nesta perspectiva, portanto, enquanto prática concreta que remete a diferentes modalidades de concatenação de valores socioideológicos, é, ao mesmo tempo, um fenômeno sintático-semântico e enunciativo inscrito nas diferentes realidades socio-históricas, estando articulado, da perspectiva

enunciativa, por uma função responsiva à palavra de outrem, configurando um horizonte que reflete a condição de hibridez permanente de funcionamento da palavra. Uma vez que os amálgamas entre as palavras de uns e de outros não possuem “fronteiras”, “muros”, capazes de delimitá-las, precisamos sempre construir hipóteses em torno das razões pelas quais se articulam, entendendo, por isso, que todo dizer é presidido tanto pela história como pelas formas de organização do corpo social e que o corpo material, a língua, não pode ter vida própria, independente de suas relações com o corpo social.

Da mesma forma, podemos apontar também para o fato de que, no que tange ao ato de dizer, uma enunciação está sempre imersa em outras enunciações, como um processo reativo à palavra do outro que não pode ser apreendido como mera transmissão do dizer de outrem, dizer marcado, atestado na materialidade da língua, dizer contextualizado, linearizado, superficializado, identificável simplesmente por marcas estruturais, como faz a gramática ao opor as relações entre discursos citados e citantes, tratando-os como discursos direto e indireto.

Ao contrário, as intersecções, os modos de articulação entre enunciações precisam ser tomados como relações ativas, ainda que nem sempre contextualizadas, por isso não transparentes, obrigando-nos, inelutavelmente, a interpretar. O dizer na “superfície” da língua trabalha porque conjuga em um mesmo enunciado múltiplas enunciações, vozes e “acentos” que estão dispersos em espaços e tempos distintos. Portanto, o que se pode entender como discurso citante em *Marxismo e filosofia da linguagem* (1986) pode ser comparado a uma trama que se tece articulando, ao mesmo tempo, diferentes vozes e acentos ideológicos. Conforme Bakhtin/Volochínov (1986, p.179), uma forma linguística seria uma forma abstrata, sem orientação, ao contrário das formas concretas de dizer que refletem a vida e que somente se tornam concretas no momento em que “uma enunciação encontra outra”, caracterizando uma tendência socioverbal, um acontecimento vivo (*energeia*), (BAKHTIN/ VOLOCHÍNOV, 1986, p.183).

É, pois, esse processo de conjugação de vozes dispersas, de acentos múltiplos³, paralelamente amalgamados em um mesmo enunciado, que constitui o que Bakhtin/Volochínov designam de *o corpo vivo da enunciação* (1986, p.140). Entretanto,

³ Esse corpo orgânico não pode ser capturado simplesmente por traços formais.

conforme os autores, é preciso sair dos limites de uma leitura “escolástica” para que se faça possível descrever as modalidades por meio das quais os discursos citados imbricam-se aos discursos que lhes fazem referência, configurando a ação dos discursos sobre os discursos, onde os discursos citados podem perder sua “integridade”, diluindo-se tanto em relação aos sentidos que não se reproduzem no discurso citante, quanto em relação a sua funcionalidade em um outro acontecimento (*sobytie vizkazyvanie*)⁴ que desloca a “unidade” da fala do outro, na medida em que a insere em um momento e espaço dialógico que demandam um “trabalho” ativo sobre a palavra do outro, deslocando-a do meio em que ela se insere em direção às “forças sociais organizadas para as quais ela é dirigida” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 1986, p.146)

Um processo de ruptura, por outro lado, com leituras que interpretam o funcionamento dos aspectos formais da língua de modo canônico, produzindo outras leituras que rompem com o que Bakhtin/Volochínov designam leitura “escolástica”, não se produz sem que se admita que há uma relação assimétrica entre forma, sentido e subjetividade. Assim, os modos por meio dos quais os sentidos adquirem expressão socioideológica e as formas da língua são desestabilizadas vêm a caracterizar a condição instável da enunciação.

A enunciação, portanto, precisa ser entendida no limiar da sintaxe, por uma relação tensa a ser estabelecida com a mobilidade dos sentidos, com as condições externas que afetam o sujeito, tornando-o fragmentado, cindido em múltiplos, e, por fim, com os modos pelos quais as injunções de ordem histórica intervêm nas diferentes modalidades de inscrição dos sentidos na ordem simbólica, fornecendo concretude às condições de funcionamento dos enunciados. Esta seria a condição virtual e ao mesmo tempo empírica do funcionamento do discurso citado no enunciado, ou seja, uma condição permanente de “devir”, do vir a ser, do tornar-se...

Assim sendo, o conteúdo do dito, matéria linguística dotada de materialidade semântica, se tomado como um índice capaz de identificar o “discurso de outrem”, discurso apropriado, ressemantizado, precisa ser pensado em permanente forma de “reordenação”, de deslocamento de um sítio ideológico para outro, produzindo, assim, múltiplos efeitos na qualidade de conteúdo mobilizado pelo discurso citante, já que a enunciação não trabalha de “forma desinteressada” ou despojada de funções valorativas,

⁴ Este termo pode ser traduzido, conforme Bubnova (2009) como o devir do enunciado, o vir a ser.

avaliativas. Ao contrário, as formas de partilha que ela impõe às palavras é que traduzem as modalidades por meio das quais as forças sociais interagem no discurso, bem como remetem às formas de produção dos sentidos pelos sujeitos, caracterizando como eles se posicionam nas correlações de forças entre os segmentos sociais e, sobretudo, o modo de simbolização, através de acentos plurivocais que inscrevem nas palavras suas “marcas”, seus dardos ideológicos, tornando-as plenas de valor e, portanto, de sentidos.

As palavras, enquanto meras propriedades do repertório lexical, iludem, porquanto não são condição suficiente para “corporificar” os sentidos. Exclusivamente por meio delas, podemos deixar escapar os acontecimentos a que remetem, a memória histórica a que fazem referência. E é dessa perspectiva que o imaginário de fronteira que constitui um marco para a divisão entre os discursos apropriados, discursos citados e citantes e cuja presença parece estar ficticiamente atestada na materialidade da língua por marcas formais, tais como travessão, aspas, colchetes, verbos *dicendi*, perde sua eficácia para constituir outra realidade.

Realidade que não pode mais estar alicerçada em uma concepção de formas de discurso tomadas como meras “variantes estilísticas”³, de tal modo que, conforme Bakhtin/Volochínov (1986, p.155), entre a variante estilística, ancorada em esquemas gramaticais, e o funcionamento orgânico da língua, caracterizando as práticas sociais que se desenvolvem no cotidiano das sociedades, e os modos como são discursivizadas, existe uma lacuna que precisa ser observada, analisada.

A atenção em torno dessa lacuna, segundo nosso ponto de vista, é que possibilita o entendimento de que não há como delimitar o conteúdo “objetivo” do discurso de outrem.

Assim, o que poderíamos designar como “palavras partilhadas” é a própria condição de existência do enunciado, que abriga múltiplas vozes, produzindo, entretanto, a ilusão de unidade enunciativa. Nessa relação dialética, o sentido não se centra mais no indivíduo enquanto enunciador, mas no conjunto de vozes e de acentos

³ É importante considerar que Bakhtin/Volochínov (1986, p.155) observam que as relações entre as variantes estilísticas, produzidas de forma orgânica no cotidiano de uso da língua, e os esquemas gramaticais poderiam ser equiparadas à “relação entre a realidade viva do ritmo e a abstração que constitui a métrica”.

que povoam seu discurso, os quais vêm a responder, de alguma forma, à palavra do outro.

O real do discurso, a partir de Bakhtin/Volochínov (1986, p.144), portanto, é produzido, ao mesmo tempo, por aspectos contraditórios e interdependentes. Como consequência, é possível inferir duas condições, que entendemos serem essenciais: a) a condição de especularidade e b) a condição da diferença.

O discurso se produz como especularidade em virtude da voz de cada um poder refletir a voz de outro, poder assimilá-la e fazê-la propagar-se à semelhança de um eco que ressoa em diferentes espaços, temporalidades e formas de interatividade, retomando acentos, valores e sentidos oriundos dos discursos apropriados, citados.

Produz-se na diferença, por outro lado, pelo fato de que a transmissão do discurso de outrem não se realiza de modo estável, sem que ocorram determinadas formas de “deslizamento” dos sentidos, já que a enunciação, enquanto reação da palavra à palavra (*sprache als rede*), é uma relação ativa e que desloca, de forma permanente, o conteúdo da palavra do outro em face dos diferentes conjuntos de interesses que permeiam os movimentos da palavra à palavra, da inscrição do discurso citado no discurso citante que movimenta os sentidos do primeiro.

Pensar, portanto, que o estilo não existe por si mesmo, como um fato meramente linguístico, e que a enunciação coloca em relevo os pontos de contato entre as formas de interação socioideológicas que dominam os grupos e seus respectivos modos de produção, implica desabilitar a relação de posse individual da palavra pelo sujeito, alienar a hipótese do direito de contenção dos sentidos que se constitui pela ilusão de que os sentidos são tão nossos quanto as nossas palavras (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 1986, p.153) e assumir as discrepâncias entre os valores ideológicos que os discursos propagam e as modalidades dos esquemas gramaticais que os colocam em cena.

Tais questões parecem constituir problemas para os estudos da linguagem e, sobretudo, para os estudos que enfocam os gêneros discursivos, os estilos de discurso a partir de paradigmas de base estritamente linguística, ignorando, por conseguinte, os problemas de enunciação.

A fim de caracterizar o fato de que os estudos sobre os estilos discursivos, calcados em abordagens que se pautam na base linguística já estão ancorados em uma “sólida tradição” que, na maioria das vezes, não reflete as reais condições de

funcionamento do dizer, vamos enfocar, a seguir, uma abordagem tomada de uma gramática de cultura e língua anglófonas, voltada para a formação de discentes do ensino superior *A University Grammar of English* (QUIRK, R. e GREENBAUM, S., 1976), cujos pressupostos teóricos não se restringem somente a uma visão normativista de língua como ocorre com a maior parte das gramáticas modernas⁴.

Focalizaremos as reflexões produzidas por uma gramática “não-tradicional”, de base semântico-sintática, a fim de iniciar um contraponto entre as empirias da língua e do discurso, com base em questões propostas por Bakhtin/Volochínov (1986), as quais retomam algumas relações entre língua, estilo discursivo, subjetividade e sentido, tendo como ponto de ancoragem os conceitos sobre discurso direto e indireto. Analisando conceitos de discurso direto e indireto produzidos em *A University Grammar of English* e ilustrando tais conceitos a partir de enunciados produzidos no cotidiano, propomo-nos a problematizar a dialética entre língua e discurso.

3 Os horizontes dos estudos anglófonos

No horizonte dos estudos anglófonos, Quirk e Greenbaum (1976, p. 341), voltados para o estabelecimento de um contraponto entre os discursos direto e indireto, assinalam a diferença entre discurso direto (DD) e indireto (DI), caracterizando o DI por inserir as palavras do falante dentro de uma sentença do tipo subordinada substantiva que contém a fala reportada que se quer transmitir ou ainda, em nota de rodapé, (1976, p.342), explicitando que o discurso indireto relatado envolve, de modo frequente, o emprego de “paráfrases ou resumos da fala ou pensamento que este discurso apresenta”. Cabe observar que, em relação ao funcionamento do DI, tais reflexões não podem ser qualificadas como distintas das apresentadas por outras gramáticas.

O discurso direto (DD), por outro lado, ao ocupar um espaço importante nas reflexões produzidas pelos autores, é caracterizado, primeiramente, por incorporar as palavras do outro à totalidade do enunciado, ainda que as marcas formais de DD (travessão, dois pontos, aspas, colchetes, etc.) permitam que ele mantenha o estatuto de

⁴ Referimo-nos ao fato de que as gramáticas dos séculos XVIII, XIX e do início do séc. XX foram elaboradas fazendo referência a saberes filosóficos e historicista-comparatistas, o que as tornou mais complexas e menos reducionistas, mesmo que portando enfoques de cunho idealista sobre a língua.

uma “sentença independente”, do ponto de vista gramatical, mesmo que o DD exerça a função de um dos componentes do todo.

Por outro lado, para os autores, a sentença em DD poderia ser também classificada como uma sentença do tipo ‘comentário’ (id., p.341) como em (1) *Vocês sabem, não se pode entrar no teatro atrasado*, onde *Vocês sabem* é a fala e, ao mesmo tempo, a perspectiva de quem fala sobre o que fala, podendo ainda esta cláusula de tipo comentário funcionar por meio de construções sintáticas compostas por diferentes modalidades pronominais como no enunciado (2) *Nós entendemos, a vida é difícil para todos*, onde as cláusulas que indicam a perspectiva de quem fala, ainda que mudem de posição na estrutura do período como em (2’) *A vida é difícil para todos, nós entendemos*, podem ocorrer tanto em posição inicial, final ou ainda intercalada, reportando-se às avaliações feitas pelo falantes e ao mesmo tempo ao diálogo com o outro.

Esse tipo de reflexão é distinto da ótica das gramáticas normativas, que priorizam o estudo dos traços de “independência” da fala de uns na fala de outros, em detrimento de análises do funcionamento enunciativo de tais falas, e que não exploram as conseqüências do funcionamento dessas relações de imbricamento, aspecto que nos conduz a levantar algumas questões.

Ainda que Quirk e Greenbaum delimitem o espaço dialógico do DD à condição de comentário, restringindo a totalidade do funcionamento de uma produção enunciativa à condição de comentário, é a combinação de enunciações que os enunciados comportam que nos interessa. É justamente essa combinação entre o dizer para o outro e o responder ao outro, como atos que configuram as relações de intersecção entre discursos citantes, citados e suas valorações, ou seja, entre o dizer de uns e suas implicações no dizer de outros, que vem ao encontro de nossos propósitos, na medida em que possibilita refletir sobre o papel que a interpretação assume ao mesmo tempo para o dizer de cada um a partir do dizer de outrem; isto é, sobre o fato de que os enunciados acima apresentados remetem, em sua totalidade, para o funcionamento da função responsiva, como um funcionamento que opera de modo heterogêneo no discurso direto.

Senão vejamos. Em (1) temos duas proposições distintas: a) não se pode entrar no teatro atrasado, b) Vocês sabem; que o falante articula em um mesmo enunciado a

fim de ratificar (a) a voz do senso comum de que no teatro não dá certo tentar entrar após o horário estipulado para o início de uma peça, e (b) a fim de advertir os seus interlocutores de que eles não são ingênuos sobre os efeitos dessa convenção institucionalizada. Deste modo, enquanto em a) *não se pode entrar no teatro atrasado*, o locutor responde ao senso comum, ratificando a força que a convenção em torno do horário adquire neste meio, em b) o locutor introduz um diálogo entre a voz do senso comum, que ele acata, e os interlocutores, advertindo os últimos, ao mesmo tempo, de que se chegarem tarde perderão as entradas e a peça. É, pois, por meio do ato de ratificar o que já está posto, e que o locutor assimila, e ao mesmo tempo pelo ato de advertir o outro sobre suas expectativas de burlar o que já está estabelecido, como atos ilocucionários distintos e interdependentes, que o espaço concreto do enunciado, o espaço da polifonia, enquanto espaço permanente de responsividade, torna-se visível na totalidade do enunciado, construído em DD, e que acumula duplamente as funções de se reportar ao dizer de outrem e de dialogar com o outro sobre o dito. É este funcionamento, segundo nossa ótica, que vem ilustrar o funcionamento da responsividade nos enunciados em discurso direto.

Vejamos agora o enunciado a seguir, se proferido por um locutor que precisa entender os gestos inadequados ou inesperados de seu interlocutor em determinadas circunstâncias vividas. (2) *A vida é difícil para todos, nós não entendemos sua atitude*.

Enquanto na primeira proposição (a) *A vida é difícil para todos*, o locutor novamente ratifica um saber do senso comum que remete às adversidades que a vida coloca para os seres, produzindo o efeito de que o locutor tem consciência sobre aquilo de que fala, em (b) *nós não entendemos sua atitude*, o locutor responde ao outro, negando que as adversidades da vida justifiquem seus gestos, respondendo, desta forma, de modo contraditório ao senso comum e aos gestos do outro, reprovando-o por agir do modo como age.

São tais enunciados, cujo funcionamento é deixado à margem pelos estudos das gramáticas e cujos sentidos não podem ser atestados por uma análise de base formal, que vêm comprovar, de modo objetivo, a irrelevância das fronteiras entre marcas estruturais existentes no discurso direto e vêm atestar o fato de que o que mobiliza os sentidos nas relações entre discursos citados e discursos citantes é a interpretação, ou

seja, a possibilidade de que toda produção polifônica, todo ato de dizer, esteja sujeito à ordem do interpretável.

Vejamos, ainda, um enunciado no qual a remissão à voz do outro é feita pela apropriação e menção do discurso citante, ao contrário dos anteriores, mobilizando o conteúdo do dito, a fim de construir um posicionamento ético em torno de uma situação em que determinados militantes de um Partido X não concordam com a postura de seus dirigentes acerca de decisões sobre a volta do ICPMF na economia brasileira, após as eleições presidenciais. (3) *Já dizia o poeta Mário Quintana: “Eles passarão, eu passarinho”*.

Este enunciado, que faz referência ao discurso metafórico do poeta Mário Quintana, sob o aspecto de sua materialidade linguística, produz um jogo entre o funcionamento homonímico do sintagma nominal (SN) passarão (que pode remeter tanto ao aumentativo do SN pássaro ou a um sintagma verbal no futuro do presente) em correlação com um sintagma nominal no diminutivo, produzindo um efeito de ambiguidade que, se inscrito no acontecimento político que se discursiviza sobre a possibilidade do retorno inesperado do ICPMF para o bolso dos contribuintes após o processo eleitoral de 2010, permite uma operação de transferência metafórica dos vínculos entre os significantes e os significados que funciona nos limiares da base linguística.

Deste modo, a partir do pressuposto de Bakhtin/Volochínov (id., p.146) de que a recepção do discurso de outrem é sempre ativa, bem como se manifesta na língua, podemos mais uma vez remeter a um processo de mobilização da palavra do outro, deslizando dos domínios do discurso poético para os domínios do discurso político e, na dialética entre a materialidade linguística e a inscrição do enunciado no acontecimento (*sobytie vizkazivanie*), produzir mais de uma leitura sobre a condição permanente de devir da totalidade do enunciado. Vejamos.

Na primeira leitura, a construção homonímica inscrita no acontecimento pode ser interpretada como (3') *eles são grandes, eu sou pequeno*, onde o acento valorativo dos sufixos apresentados na materialidade linguística do enunciado remete ao juízo sobre as discrepâncias entre as correlações de forças postas entre as superestruturas e as forças orgânicas que, embora deleguem poder à ordem superestrutural, por meio do

processo de sufrágio, para representá-las, não tem força política para contestar as decisões tomadas pela superestrutura.

Na segunda leitura, ao inscrevermos o enunciado no acontecimento, podemos interpretar como (3'') *eles serão passado no futuro, eu não tenho nada a ver com eles*, onde o acento valorativo recai sobre a volatilidade do sintagma nominal *passarão* que se transforma em sintagma verbal, configurando o funcionamento das relações de deslocamento dos sentidos, e que remete a uma posição de discordância, de reprovação do locutor às deliberações das superestruturas acerca de uma política econômica. Nesse exemplo, portanto, a função responsiva que se produz no funcionamento polifônico do dizer traduz a interpretação que as forças sociais produzem acerca dos discursos e das práticas superestruturais que vão contra os interesses da infraestrutura.

Para concluir

As reflexões tecidas em torno dos enunciados analisados permitem sintetizar, de modo provisório, nossas discussões, convocando mais uma vez uma das metáforas de Bakhtin/Volochínov : “A palavra vai à palavra” (id., p.147)’ com vistas a caracterizar o fato de que o que atesta a “força” dos sentidos, quer nos discursos indiretos como diretos, é a orientação ativa que o enunciado de outrem adquire em seu processo de migração, de interação dinâmica com os discursos citantes.

Se, de acordo com Bakhtin/Volochínov (1986, p.148), os discursos citados e citantes convivem nos enunciados por meio de relações complexas e ao mesmo tempo tensas, onde comentários se mesclam a réplicas, produzindo a apreensão do que podemos designar como *sobytie bytia* (o acontecimento do ser) ou, ainda, *sobytie vizkazivanie* (o devir, o vir a ser do enunciado), conforme observa Bubnova (2009, p.41), considerando-se a época, o momento histórico e os grupos sociais que produzem a apreciação do dito, é porque tanto o ato de apreciação da palavra do outro quanto o ato de tomar a palavra nunca são passivos. Ao contrário, convivem de forma permanente com a dialética existente entre as formas de ubiquidade que as palavras exteriores adquirem no processo de simbolização/re-simbolização das palavras interiores.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, Mikhail (VOLOCHÍNOV, V.N.). *Marxismo e filosofia da linguagem*. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Trad. Michel Lahud, Yara Frateschi Vieira et al. São Paulo: HUCITEC, 1986.
- BAKHTIN, Mikhail (VOLOCHINOV, V. N.). *Le marxisme et la philosophie du langage*. Essai d'application de la méthode sociologique en linguistique. Trad. Marina Yaguello. Paris: Les Éditions Minuit, 1977.
- BUBNOVA, Tatiana. Voz, sentido y diálogo en Bajtún. *Acta Poética*, 27, México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2006, p.97-114.
- BUBNOVA, Tatiana. Voloshinov: a palavra na vida e a palavra na poesia. In. BRAIT, B. (org.). *Bakhtin e o Círculo*. São Paulo: Contexto, 2009, 31-48.
- QUINTANA, Mário. *Prosa e verso*. Porto Alegre: Globo, 1978.
- QUIRK, Randolph; GREENBAUM, Sidney. *A University grammar of English*. London: Longman, 1976.
- VELMEZOVA, Ekaterina. Mikhail Bakhtin, o mecânico e as fronteiras. In: ZANDWAIS, Ana (org.) *Mikhail Bakhtin: contribuições para a Filosofia da Linguagem e estudos discursivos*. Trad. Ana Zandwais. Porto Alegre: Sagra-Luzzatto, 2005, p.73-81.
- VOLOŠINOV, V. N. *Marxism and the philosophy of language*. Trad. Ladislav Matejka and R. Titunik. Cambridge: Harvard University Press, 1973.

Recebido em 31/03/2011

Aprovado em 27/04/2011